

EXPLORADOR, CIENTISTA, ESPIÃO: HENRI COUDREAU E O CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO (AMAZÔNIA, 1883-1899)

EXPLORER, SCIENTIST, SPY: HENRI COUDREAU AND THE
FRANCO-BRAZILIAN CONTESTED (AMAZON REGION, 1883-1899)



Adalberto Júnior Ferreira Paz¹

Resumo

O artigo analisa o envolvimento do explorador francês Henri Coudreau nos debates sobre o Contestado Franco-Brasileiro, nas duas últimas décadas do século XIX. Por meio de correspondências oficiais entre autoridades brasileiras e francesas, além de artigos de jornais e revistas publicadas na Europa e no Brasil, o trabalho investiga o cenário de tensão diplomática provocado pelas viagens de Coudreau em meio a denúncias de sua atuação a favor do imperialismo francês na Amazônia. Por fim, o artigo pretende elucidar o papel exercido pelas autoridades, a imprensa brasileira e francesa e o próprio Henri Coudreau não somente na disputa de limites geográficos, mas também na construção de memórias e narrativas histórico-nacionais que se estendem até a atualidade.

Palavras-chave: Henri Coudreau; Contestado Franco-Brasileiro; Amazônia.

Abstract

This article analyzes the involvement of French explorer Henri Coudreau in the debates over the Contestado Franco-Brasileiro (Franco-Brazilian Contested) in the last two decades of the 19th century. Using official correspondence between Brazilian and French authorities, as well as articles from newspapers and periodicals published in Europe and Brazil, the work investigates the scenario of diplomatic tension caused by Coudreau's travels amidst denunciations of his actions in favor of French imperialism in the Amazon. Finally, the article aims to elucidate the role played by the authorities, the Brazilian and French press, and Henri Coudreau himself not only in the dispute over geographic boundaries, but also in the construction of memories and historical-national narratives that extend to the present day.

Keywords: Henri Coudreau; Franco-Brazilian Contested; Amazon region.

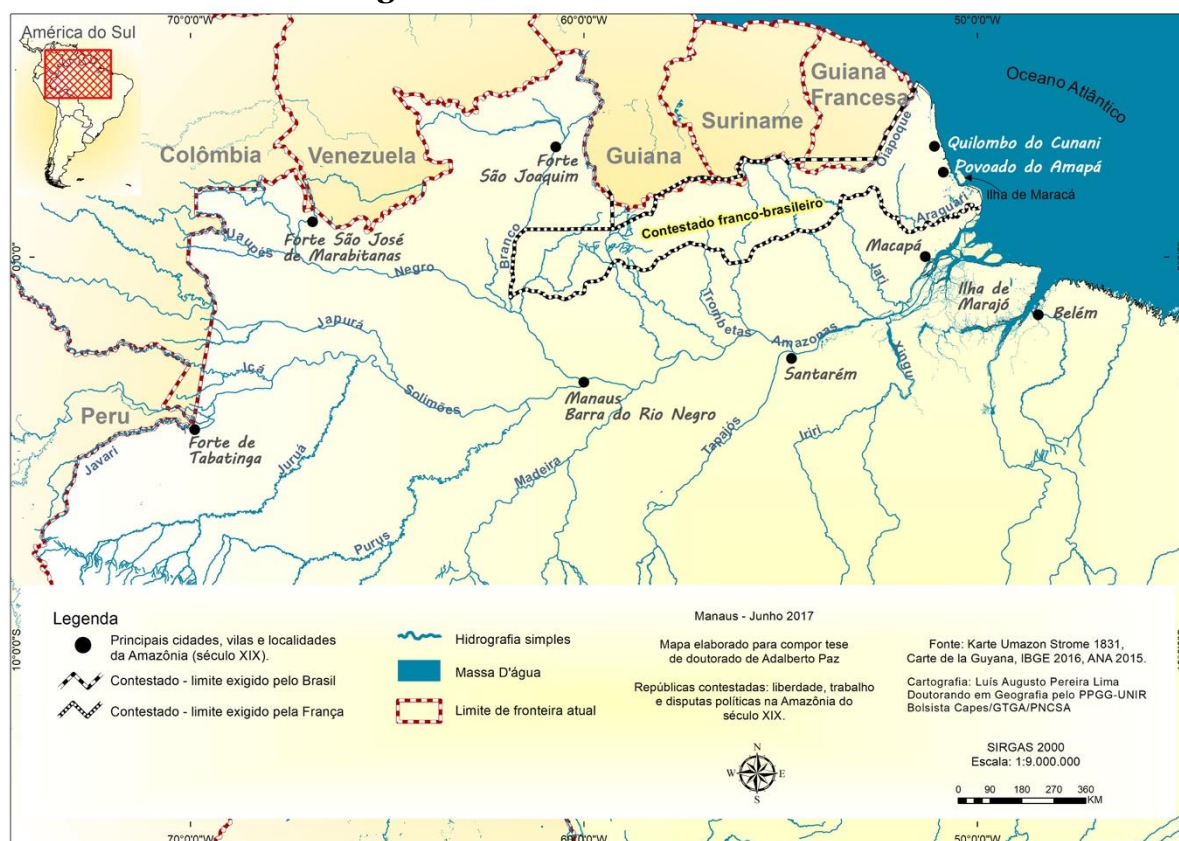
¹ Doutor e Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social da UNIFAP. E-mail: adalbertojrpez@gmail.com.



Um explorador sob suspeita

Desde o início da colonização na Amazônia², o império português e, após a Independência, o Brasil disputaram com a França uma vasta região situada entre os rios Oiapoque e Araguari, resultando em inúmeros debates envolvendo políticos, diplomatas, intelectuais, militares e a imprensa. Em 1841, um acordo entre os governos brasileiro e francês decidiu neutralizar a área sob litígio, ou seja, por essa decisão nenhum dos dois países poderia exercer qualquer autoridade política ou jurídica sobre aquele território, enquanto não se chegasse a uma resolução definitiva sobre a quem pertenceria o chamado Contestado Franco-Brasileiro.

Imagem 1 - Amazônia no século XIX



Fonte: Cartografia por Luís Augusto Pereira Lima baseada em *Karte vom Amazonen-Strome 1831* e *Carte de la Guayana*, assim como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Nacional de Águas.

² O termo “Amazônia” é empregado na historiografia em pesquisas sobre diferentes períodos. Neste trabalho, utilizaremos a denominação para nos referirmos, basicamente, à província do Grão-Pará, criada na década de 1820 e que abrangia os atuais estados do Amapá, Amazonas, Roraima e parte de Rondônia e Mato Grosso. Em 1850, essa extensa área foi dividida com a criação da Província do Amazonas. Sobre a afirmação institucional e política do termo Amazônia na segunda metade do século XIX, ver SANTOS, R. J. O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 18, n. 1, p. 1-24, 2023.



Após décadas de negociações diplomáticas fracassadas, o início dos anos 1880 seria marcado pela retomada de áspers discussões acerca dos direitos do Brasil e da França sobre o território litigioso. No centro desse debate estiveram as viagens e estudos sobre a Amazônia e o Contestado realizados por um jovem professor francês chamado Henri Anatole Coudreau³.

Tão logo começaram a ser divulgadas as primeiras notícias sobre a presença de Coudreau na região litigiosa, as autoridades públicas brasileiras – especialmente ministros dos Negócios Estrangeiros, presidentes da província do Pará e representantes diplomáticos na Guiana Francesa e na Europa – mobilizaram-se para acompanhar seus passos na Amazônia, e manter-se atualizadas quanto à repercussão de seus trabalhos na imprensa e nas sociedades geográficas europeias. As suspeitas se justificavam, pois o Brasil não tinha sido informado a respeito da viagem de Coudreau ao Contestado. Por sua vez, o explorador foi orientado por autoridades francesas a “evitar dar às suas excursões qualquer caráter suscetível de levantar dificuldades entre o governo brasileiro e a França”⁴.

O Ministério da Marinha e Colônias, patrocinador da chamada “Missão Coudreau”, e o recém-empossado governador da Guiana Francesa, Henri Isidore Chessé, entendiam que algumas das informações colhidas sobre o Contestado poderiam servir às reivindicações francesas, no momento oportuno. Mas o governo em Paris desejava se esquivar de eventuais complicações diplomáticas, por isso a recomendação era de que Henri Coudreau fizesse o possível para não atrair muita atenção para si mesmo. De sua parte, embora Coudreau tivesse interesses propriamente científicos, não há como negar que também tenha assumido posturas abertamente imperialistas em diversas ocasiões, sobretudo durante a divulgação das suas pesquisas na França, conforme veremos mais adiante⁵.

³ Henri Coudreau nasceu no dia 6 de maio de 1859, em Sonnac, na França. Em 1881, tornou-se professor de história no liceu de Caiena e, logo em seguida, em junho de 1883, iniciou uma expedição pelo interior do Contestado, seguindo depois a Manaus, alcançando os rios Uaupés e Branco, e retornando a Caiena em abril de 1885. Cf. BENOIT, Sébastien. **Henri Anatole Coudreau (1859-1899):** Dernier Explorateur Français en Amazonie. Paris: L'Harmattan, 2000, p. 23-24.

⁴ BENOIT, Sébastien. **Henri Anatole Coudreau (1859-1899)**, 2000, p. 110-111.

⁵ COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale: Voyage a Travers les Guyanes et L'Amazonie**. Paris, Challamel Ainé Éditeur, 1887, p. XV, XIX [Doravante **La France Équinoxiale, tome second**]. A ênfase colonialista e imperialista (entendida aqui como um conjunto de ações favoráveis a anexação de áreas ao território francês) dos trabalhos de Henri Coudreau é



Dessa forma, se o explorador não pode ser considerado um espião *à tout prix*, pois jamais conseguiu – ou sequer pretendeu – ocultar-se entre as populações do Contestado, é certo que os objetivos geopolíticos e estratégicos da sua missão permaneceram secretos para o Brasil, enquanto isso foi possível. De todo modo, a intenção de percorrer o território litigioso de maneira quase insuspeita se mostrou irrealizável desde o início da expedição, basicamente por dois motivos.

Em primeiro lugar, devido à própria organização social, política, econômica e as redes de contato existentes no Contestado. Embora Coudreau tenha se empenhado em representar as populações da área como “tábulas rasas”, vivendo em estado de anarquia, ele admite que foi reconhecido como “funcionário francês” logo que chegou ao Cunani, em 12 de junho de 1883. Em função disso, o viajante teria sido incumbido de transmitir uma petição feita pelos moradores ao governador Chessé, solicitando que a França enviasse mais funcionários ao povoado⁶. Assim, Coudreau não apenas fora rapidamente identificado, como também teria servido como intermediador de importantes expectativas políticas da população. E, mesmo que este último episódio não tenha ocorrido dessa maneira, restaria a constatação de que, se em algum momento Coudreau almejou ostentar algum disfarce, nisso ele fora muito malsucedido.

A segunda razão pela qual a Missão Coudreau se viu rodeada de suspeitas diz respeito a uma polêmica anterior à expedição, e iniciada do outro lado do Atlântico. Em 13 de maio de 1883, o diário *Le Petit Journal* publicava um artigo tratando sobre a conferência de um jornalista chamado Henri Deloncle, ocorrida na Sociedade de Geografia Comercial de Paris. Segundo o jornal, no momento em que a França se voltava para as suas “questões coloniais” na Argélia, Tunísia e em

amplamente destacada pela maioria das pesquisas que abordam sua atuação no Contestado Franco-Brasileiro. Em geral, os autores ratificam os mesmos argumentos das denúncias contra Coudreau, presentes na imprensa e nas correspondências de autoridades brasileiras a partir de 1883. Ver ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil! História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, p. 55-63 e REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 4.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972, p. 101-103. Reis afirma, erradamente, que Coudreau veio “pela primeira vez à Amazônia em 1889”. Durval Souza Filho, porém, argumenta sobre o caráter “duplo” da personalidade de Coudreau, que, mesmo a favor do expansionismo francês, seria igualmente influenciado por ideais anarquistas e rousseauianos de sociedade. Cf. SOUZA FILHO, Durval de. **Os retratos dos Coudreau: civilização e miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “bom selvagem” (1884-1889)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 32.

⁶ Para Coudreau, isso se explicava pelo fato de a maioria dos moradores serem ex-escravizados de senhores brasileiros.



Tonquim, no atual Vietnã, Deloncle propagava que os franceses tinham “direitos seculares sobre as bocas e sobre uma parte do curso do Amazonas”⁷. Para fundamentar seus argumentos, Deloncle dizia ter recorrido à análise de diversos tratados, mapas e textos de navegadores, que comprovavam a equivalência entre o “braço ocidental” do Amazonas e o rio Vicente Pinzon, este último estabelecido como limite entre as possessões francesas e portuguesas pelo Tratado de Utrecht de 1713.

Tanto a conferência de Deloncle quanto o artigo assinado por Thomas Grimm no *Le Petit Journal* causaram grande inquietação na imprensa e nos meios político e diplomático. A primeira resposta a favor do Brasil viria no dia 15 de maio, ainda em Paris. De acordo com Pedro S. Lamas⁸, diretor e editor-chefe da *Revue Sud-Américaine*, a França teria levado a sério as palavras de Deloncle e se preparava para “reivindicar formal e definitivamente o vasto e esplêndido território em questão”. Contudo, Lamas acreditava que o Brasil saberia “defender seus direitos, como tem feito sempre e até agora”⁹.

No dia 8 de junho, o *Diario de Pernambuco* tratou do assunto, chamando de “extravagantes” e “puramente ridículas” as afirmações de Henri Deloncle, e publicando a tradução em português do artigo escrito por Pedro S. Lamas¹⁰. Em 8 de agosto, foi a vez do Barão de Marajó manifestar-se contrário às “pretensões da França a uma parte do Amazonas”, através do jornal *Commercio de Portugal*¹¹. Finalmente, nos últimos dias de agosto, a polêmica se instalou e vicejou nos círculos políticos do Pará, através dos jornais *Diario do Gram-Pará*, *A Província do Pará* e *O Liberal do Pará*¹².

⁷ “Nos colonies”. **Le Petit Journal**, Paris, 13 maio 1883, p. 1.

⁸ No final da década de 1860, Pedro S. Lamas tinha exercido o cargo de secretário da Legação da República Oriental do Uruguai na Corte do Brasil. Em 1881, ele foi nomeado delegado pela Liga Industrial de Montevideo, para representar a entidade na “festa industrial” organizada pela Associação Industrial do Rio de Janeiro. Ver *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1881, p. 1.

⁹ *Revue Sud-Américaine*, Paris, n. 21, maio de 1883, p. 496-497.

¹⁰ *Diario de Pernambuco*, 8 jun. 1883, p. 1.

¹¹ Barão de Marajó era membro do Partido Liberal do Pará. Seus escritos sobre o assunto foram reunidos na obra MARAJÓ, barão de. **Um protesto**: resposta às pretensões da França a uma parte do Amazonas manifestadas por Mr. Deloncle. Lisboa: Typographia Mattos Moreira, 1884.

¹² No Pará, deu-se publicidade ao artigo do Barão de Marajó, que já havia traduzido e reproduzia integralmente o texto do *Le Petit Journal*. Cf. *O Liberal do Pará*, Belém, 31 ago. 1883, p. 2. Em 1884, outro membro do Partido Liberal, Tito de Almeida, publicou extenso artigo sobre o Contestado Franco-Brasileiro. Cf. ALMEIDA, Tito Franco de. Limites do Brazil com a Goyana Franceza. **Revista Amazônica**, Belém, n. 10 e 11, tomo II, p. 101-168, 1884.



Uma “invasão francesa” ao Contestado: notícias e boatos acerca da Missão Coudreau

Tudo isso contribuiu para a escalada de animosidade e apreensão em torno do Contestado Franco-Brasileiro, exatamente nos meses que antecederam a chegada de Henri Coudreau a Belém, no dia 7 de novembro de 1883. Entre os meses de julho e agosto, o viajante visitou o povoado do Amapá, onde obteve o importante auxílio do comerciante Joaquim Ferreira Magalhães – o mesmo que havia sido expulso daquele vilarejo em 1874, mas que conseguira reverter seu exílio após a eleição de Estevão Cardoso¹³. Além de proporcionar ao francês uma “hospedagem faustosa”, Magalhães intermediou a contratação de Clément Demont, o “crioulo de Caiena”, que acompanhou Coudreau até o rio Negro servindo como tradutor e piloto¹⁴.

Entretanto, Coudreau não parece ter sido recebido no Amapá com o mesmo entusiasmo que descrevera no Cunani. Ele chegou àquele povoado no dia 25 de agosto, acompanhado de um médico de nome Leonel, e demorou apenas o tempo necessário para preparar sua viagem ao interior do Contestado. Ainda que não especifique o dia de sua partida, é provável que não tenha permanecido mais que uma semana.

A ideia de que a presença de Coudreau não agradou a todos no Amapá pode ser demonstrada não somente pela maneira mais contida com que ele se refere aos moradores em *La France Équinoxiale*, mas principalmente pelo que aconteceu logo depois de sua passagem por aquela região. Afinal, Coudreau tinha vivido três semanas no Cunani sem que nenhum rumor tivesse surgido entre autoridades e jornais brasileiros. Mas bastaram poucos dias no Amapá para que a expedição fosse denunciada à imprensa do Pará.

Desse modo, em 16 de setembro de 1883, o jornal *O Liberal da Vigia* publicava a alarmante notícia de que “franceses” teriam invadido e dominado o

¹³ PAZ, Adalberto. Mobilidades clandestinas em rotas contestadas: escravos fugidos, desertores e criminosos entre o Pará, o Contestado Franco-Brasileiro e a Guiana Francesa na década de 1860. In: CANCELA, Donza Cristina; CASTRO, Lara de (org.). **Nortes migrantes**: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira. Brasília: Senado Federal, 2023. p. 167-197.

¹⁴ Joaquim Magalhães é bastante elogiado por Coudreau em vários trechos de *La France Équinoxiale*. O comerciante português também tinha um estabelecimento no Cunani sendo administrado por um empregado. O termo “crioulo” era frequentemente relacionado a pessoas negras nascidas nas Antilhas e região das Guianas. O fato de Coudreau se referir a Clément Demont como um “crioulo de Caiena” (ver imagem 3) demandaria uma análise específica acerca dos critérios étnico-raciais utilizados pelo explorador francês. Cf. COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale, tome second**, op. cit., p. 2.



Cunani. Não por acaso, tratava-se de um semanário originário da cidade paraense com a qual os habitantes do Contestado mantinham intensa relação comercial¹⁵. No dia 21 de setembro, o diário *A Província do Pará* republicava a mesma informação, considerada grave, “em vista do movimento que operou-se [sic] ultimamente na imprensa francesa, com relação às antigas pretensões da França a uma parte do Amazonas”. A notícia original dizia:

Chegaram ultimamente ao Guanany [Cunani] tropa e engenheiros franceses, assim como um bispo e até *irmãs de caridade*. Informam-nos mais que os franceses que chegaram ao Guanany já fizeram os negros fugidos e desertores, que ali se acham, jurarem bandeira, declarando-se *cidadãos franceses*!¹⁶

A partir desta e de outras notícias semelhantes, tornou-se recorrente na imprensa paraense a ideia de que o Cunani tinha se transformado numa espécie de “protetorado francês”. Até o final da década de 1870, as correspondências trocadas entre as autoridades brasileiras demonstravam muito receio quanto à influência de Caiena sobre os povoados e líderes do Contestado. Desde o início dos anos 1880 em diante, porém, disseminou-se reiteradamente o discurso de que os franceses ocupariam efetivamente a área contestada a qualquer momento. Essa perspectiva foi potencializada pela constante atuação dos jornais e revistas do Pará, que muitas vezes eram os primeiros a ter acesso a informações e boatos, aumentando a sensação de ameaça nos meios político e social.

Como vimos, tamanha desconfiança era resultado de uma confluência de fatores, que incluía as campanhas militares francesas no sudeste asiático e na África, e toda a querela suscitada nos jornais da Europa e Brasil de que essa mesma postura viesse a ser adotada em relação ao Contestado Franco-Brasileiro. Para muitos, as andanças de Henri Coudreau pela Amazônia sugeriam que essa realidade poderia não estar tão distante da América do Sul.

Em parte, isso significou também uma mudança, de quase uma década, na maneira como o Ministério dos Negócios Estrangeiros e seus principais correspondentes, dentre eles o cônsul do Brasil em Caiena e os presidentes do

¹⁵ Sobre as rotas comerciais na região entre a foz do rio Amazonas e a Guiana Francesa no final do século XIX, ver PAZ, Adalberto. Comércio e contrabando entre o Pará, o Contestado Franco-Brasileiro e a Guiana Francesa na década de 1870. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, p. 1-31, 2021.

¹⁶ Arquivo Histórico do Itamaraty [Doravante AHI]. Os francezes no Oyapock. *A província do Pará*, Belém, 21 set. 1883. (itálico no original). Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.



Pará, compartilhavam informações sobre as populações da região contestada. Nesse sentido, a maior atenção voltada às questões da diplomacia internacional provocou expressiva redução na quantidade de relatórios e ofícios voltados à dinâmica interna dos povoados entre o Araguari e o Oiapoque. O que poderia causar a impressão equivocada de que essas sociedades haviam se desestruturado, ou estariam inertes, submissas às decisões dos governos litigantes e ingenuamente “expostas” a aventureiros.

Após a publicação da notícia sobre a “invasão francesa” em Cunani, o presidente do Pará, Visconde de Maracaju, determinou ao juiz de direito da cidade de Vigia, Francisco Mendes Pereira, que realizasse um levantamento da situação e relatasse o que conseguisse a respeito. A mesma ordem foi dada ao diretor da Colônia Militar Pedro II, assim como ao juiz de Direito e ao comandante da Fortaleza de São José, em Macapá. No seu ofício, Maracaju advertia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que o Pará não dispunha de “verba alguma para tais diligências, nem de força de mar e terra para qualquer emergência”, e que seria diminuída a influência da França no Contestado, caso existissem pelo menos um padre, um médico e professores brasileiros na Colônia Pedro II¹⁷.

O primeiro a responder ao Visconde de Maracaju foi o juiz Francisco Pereira, de Vigia, no dia de 25 de setembro de 1883. Em seu relatório, Pereira disse ter colhido informações com “pessoas gradas e circunspectas”, especialmente comerciantes de peixes vindos do Amapá, que reafirmaram as denúncias dos jornais paraenses¹⁸. Embora o nome de Coudreau não seja expressamente mencionado, não há dúvida de que as notícias se referiam a ele, pois, segundo os informantes, teriam aparecido no Amapá “um engenheiro, acompanhado de um ajudante, que parecia-lhe[s] ser agrimensor, e mais umas praças de polícia (gendarmes de Caiena), o qual andara levantando a planta

¹⁷ AHI. Ofício reservado de 24 de setembro de 1883, do presidente do Pará, Visconde de Maracaju, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

¹⁸ PAZ, Adalberto. Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., Natal, UFRN, 2013. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2013. p. 1-16.



daquelas paragens”¹⁹. Uma descrição bem mais precisa do que aquela publicada no *O Liberal da Vigia* e *A Província do Pará*.

O juiz finalizou dizendo que “essa mesma gente” teria tentado promover, entre os moradores do Amapá, “uma espécie de abaixo-assinado para que se declarassem súditos franceses”. Como prova dessas atividades, um dos comerciantes, chamado Raimundo Marcelino de Siqueira, repassou a Francisco Pereira um impresso avulso contendo o hino nacional da França – a Marselhesa –, o qual estaria sendo distribuído “em profusão” pelos povoados do Cunani e Amapá (Imagem 2).

Ao sair do Amapá, Henri Coudreau prosseguiu pelo interior do Contestado através da chamada região dos lagos, entre os meses de agosto e outubro de 1883, até alcançar os rios Aporema e Araguari. Nesse meio tempo, o viajante adoeceu e decidiu pedir abrigo na Colônia Pedro II. Num primeiro momento, o diretor interino, Francisco Moreira da Rocha, impediu sua entrada, alegando que estrangeiros não podiam ingressar naquela instalação militar. Contudo, a expedição obteve permissão de acesso depois que Coudreau apresentou o visto emitido pelo vice-cônsul do Brasil em Caiena²⁰.

Imagem 2 - A Marselhesa impressa em folha avulsa



¹⁹ AHI. Relatório confidencial de 25 de setembro de 1883, do juiz de Direito de Vigia, Francisco Mendes Pereira, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

²⁰ Coudreau ironiza a situação dizendo que o visto funcionou como um “abre-te, sésamo!”. Cf. COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale, tome second**, p. 88-89. A mudança no corpo diplomático em Caiena também explica, de certa forma, a ignorância do Brasil em relação à Missão Coudreau. Desde a década de 1850, o cônsul Frederico Magno de Abranches mantinha permanente vigilância quanto às movimentações francesas no Contestado, inclusive fazendo uso de diversos informantes. No entanto, Abranches falecera em agosto de 1879. Cf. *O Apostolo*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1879, p. 2. *The Anglo-Brazilian Times*, Rio de Janeiro, 1 out. 1879, p. 3.



Fonte: AHI. Relatório confidencial de 25 de setembro de 1883, do juiz de Direito de Vigia, Francisco Mendes Pereira, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

É muito provável que Henri Coudreau tenha solicitado o referido visto como um simples viajante francês, sem necessariamente detalhar seu itinerário, ou seja, omitindo o objetivo de perscrutar o território litigioso. Então, para todos os efeitos, foi somente após a sua chegada à Colônia Pedro II que a Missão Coudreau foi oficialmente identificada como tal por uma autoridade brasileira. Assim, no dia 8 de outubro, o diretor interino escreveu ao presidente do Pará dizendo que “dois franceses” haviam passado pela colônia, “sendo um engenheiro de nome Henri Coudreau e o outro que lhe serve como intérprete, de nome Clemencin Doumont [sic]”. Ainda segundo Francisco da Rocha, Coudreau teria lhe declarado que “andava em viagem científica e fazendo estudos sobre os rios da província”²¹.

Chegando a Macapá, no dia 17 de outubro, Coudreau teve sua presença confirmada por outras autoridades. De fato, tudo indica que àquela altura ele já não se esforçava muito para ocultar os objetivos da sua viagem. Desse modo, o diretor efetivo da Colônia Pedro II, major Francisco Joaquim de Almeida Castro, que estava naquela cidade, disse ter ouvido de Coudreau, através de Clément, que ambos pretendiam explorar “todo o rio Amazonas, rio Branco, fronteira de Venezuela, saindo na Guiana Holandesa, e do resultado darão de tudo conhecimento ao governo francês”²². Ao promotor público de Macapá, Fernando Alvares da Costa, Coudreau entregou um cartão, no qual se lia: “Henri A. Coudreau professeur de sciences économiques en mission scientifique à l’Amazone”²³.

²¹ AHI. Ofício N.º 26, de 8 de outubro de 1883, do diretor interino da Colônia Militar Pedro II, Francisco Moreira da Rocha, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

²² AHI. Ofício N.º 8, de 29 de outubro de 1883, do diretor da Colônia Militar Pedro II, Francisco Joaquim de Almeida Castro, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

²³ AHI. Ofício reservado de 1º de novembro de 1883, do promotor público de Macapá, Fernando Alvares da Costa, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8. Tanto o major Francisco Castro quanto o promotor Alvares da Costa acreditavam que havia padres e professores no Cunani e no Amapá instando os moradores a aderirem à nacionalidade francesa.



Coudreau espião: desconfianças políticas e controvérsias na imprensa brasileira e francesa

No segundo tomo de *La France Équinoxiale* – escrito predominantemente como um “diário de viagem”, ou seja, registrando detalhes cotidianos e impressões pessoais do autor –, existe um salto de quase dois meses na narrativa de Henri Coudreau, referente ao período em que ele esteve em Belém. Sobre esta cidade, o viajante se limita a dizer que ali “perdeu cinquenta dias para se curar, de 7 de novembro a 30 de dezembro de 1883”²⁴. Entretanto, foi na capital do Pará que Coudreau viveu alguns dos momentos mais decisivos e controversos de sua expedição.

O explorador já era aguardado pelo presidente Visconde de Maracaju. Mesmo assim, Coudreau se esquivou de ter uma conversa imediata com ele, recusando um convite feito através do engenheiro Julio Alves da Cunha, responsável pelo serviço de demarcação de terras do Pará. Cunha estava em Mazagão, quando recebeu ordens para embarcar no mesmo vapor que Coudreau, de Macapá para Belém, a fim de aproximar-se dele e obter mais informações sobre a tal “missão científica”. E, de fato, Coudreau falou sem muita reserva acerca de sua viagem a Cunha, chegando a expressar a insidiosa opinião de que o Contestado Franco-Brasileiro seria resolvido “pela ciência” ou “por meio violento”²⁵.

Ao perceber que Coudreau não iria até ele espontaneamente, o Visconde de Maracaju decidiu questionar o vice-cônsul da França em Belém, Luiz Autran, sobre quem era a pessoa que se intitulava “comissionado pelo governo da França, em missão especial do Amapá e interior desta província”²⁶. Então, no dia 13 de novembro, Luiz Autran foi até o palácio presidencial, acompanhado de Henri Coudreau, no intuito de ratificar o caráter meramente científico da sua missão, o

²⁴ Henri Coudreau. **La France Équinoxiale, tome second**, op. cit., p. 105. No primeiro tomo da obra, lançado em 1886, Coudreau dedica um capítulo inteiro a Belém, mas a estrutura narrativa utilizada é muito mais objetiva, voltada à análise de dados de produção e comércio. Cf. COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale: Études sur les Guyanes et L'Amazonie**. Paris: Challamel Ainé Éditeur, 1886, p. 279-293 [Doravante **La France Équinoxiale, tome premier**].

²⁵ As obras e conferências de Coudreau, vistas em conjunto, levam-nos a crer que ele considerava um conflito entre a França e o Brasil apenas uma remota e indesejável possibilidade. Não obstante, o governo brasileiro tomou aquela última afirmação como uma afrontosa ameaça. AHI. Relatório Reservado N.º 4, de 9 de novembro de 1883, do engenheiro Julio Alves da Cunha, ao presidente do Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Códice 308-4-8.

²⁶ AHI. Ofício de 12 de novembro de 1883, do presidente do Pará, Visconde de Maracaju, ao vice-cônsul da França em Belém, Luiz Autran. Lata 543, maço 3.



que em nada convenceu o presidente do Pará²⁷. Talvez a percepção disso tenha feito Autran buscar preservar o governo em Paris, por meio de uma nota ao presidente, dizendo que não recebera “nenhum aviso” sobre a “vinda do monsieur Henri Coudreau, o qual se apresentou a este consulado como um explorador científico”²⁸.

Na prática, a nota do vice-cônsul não reconhecia a Missão Coudreau como um empreendimento oficial do governo francês. O interessante é que, nesse mesmo período, o explorador esteve na iminência de ter o financiamento de sua viagem cancelado. Segundo Sébastien Benoit, o governador da Guiana Francesa, Henri Chessé, havia enviado uma carta a Coudreau, no dia 26 de novembro, ordenando que ele retornasse a Caiena para apresentar os resultados de sua expedição ao Contestado e aguardar nova liberação de recursos. O próprio governador, porém, desconfiou que Coudreau fingira não ter recebido a carta, preferindo seguir para Manaus, após ter emprestado quinze mil francos de um comerciante francês em Belém²⁹.

Na véspera de sua viagem à capital do Amazonas, Coudreau ainda tomaria outra atitude, no mínimo, surpreendente. Contrariando, de novo, as instruções que recebera de seus superiores, ele se dirigiu às edições de importantes jornais de Belém para falar a respeito de sua expedição. Lendo as publicações, vemos que seus argumentos se concentraram na ideia de que tais pesquisas contribuiriam para o desenvolvimento e civilização da Amazônia. Sua principal intenção, no entanto, era consolidar no meio público a imagem de que a Missão Coudreau tinha finalidade exclusivamente científica.

Nesse sentido, o *Diário do Gram-Pará*, do dia 30 de dezembro, publicou amplo artigo falando sobre a trajetória do “moço de 24 anos apenas” que já tinha escrito importantes livros e estudos em revistas especializadas e ganhado prêmios internacionais por sua obra. Da mesma forma, o jornal ironizava a polêmica em torno do Contestado Franco-Brasileiro, dizendo que a França pretendia

²⁷ AHI. Ofício reservado de 14 de novembro de 1883, do presidente do Pará, Visconde de Maracaju, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão. Lata 543, maço 3.

²⁸ AHI. Dépêche du 14 novembre 1883, de vice-consul français à Belém, Luiz Autran, au président du Pará, Visconde de Maracaju. Governo do Pará (Ofícios). Lata 543, maço 3.

²⁹ BENOIT, Sébastien. **Henri Anatole Coudreau (1859-1899)**, op. cit., p. 112-113. Coudreau afirmou que partiu para Manaus “após cinquenta dias [...] sem notícias de M. Chessé”. COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale, tome second**, p. 107. Informação questionável, pois o explorador acusou o recebimento de quatro mil francos, enviados pelo governador durante sua estada em Belém.



“conquistar-nos [a Amazônia], não segundo os processos ridículos do Sr. Deloncle, [...] mas fomentando o desenvolvimento do nosso comércio”. Coudreau também revelou que seu financiador era o Ministério da Marinha e Colônias, o qual teria ordenado ao governo da Guiana Francesa que formasse uma missão para conhecer as

condições econômicas e sociológicas do país; estudar a raça indígena em sua evolução histórica; verificar as aptidões dela para a vida civilizada; praticar as medições craneanas em membros da família índia, conforme os mais recentes métodos antropológicos, trabalho que ainda não foi feito entre nós, verificar as coordenadas dos lugares marcados nas cartas geográficas, e estabelecer a posição topográfica de muitos outros; observar a constituição geológica dos terrenos e o regime das águas; estudar a fauna e a flora amazonenses; formar coleções geológicas, botânicas e zoológicas; reunir enfim todos os possíveis dados para o perfeito conhecimento, em todos os ramos da ciência, deste imenso vale do Amazonas³⁰.

Mas, apesar do sucesso obtido junto à imprensa paraense, Coudreau não conseguiu se livrar da desconfiança por parte das autoridades brasileiras. Em ofício do dia 14 de janeiro de 1884, enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, o presidente Visconde de Maracaju comentou sobre a notícia publicada no *Diario do Gram-Pará*, dizendo que “embora o referido jornal considere aquela missão puramente científica, [...] continuo a crer que ela não é de toda estranha aos projetos de anexação do território litigioso à Guiana Francesa”³¹. Coudreau já havia chegado a Manaus no dia 6 de janeiro, onde também fora saudado entusiasticamente pelo *Jornal do Amazonas*, inclusive reproduzindo notícia do *Diario de Belem*³².

Henri Coudreau partira da capital paraense acompanhado do vice-cônsul Luiz Autran, de Clément Demont e Joseph Marie Roche, um naturalista parisiense que passou a integrar a missão a partir de Belém. Talvez encorajado por essa “comitiva”, o explorador decidiu se encontrar com o presidente do Amazonas, José Lustosa da Cunha Paranaguá, logo que desembarcou em Manaus. Coudreau repetiu durante a conversa os mesmos argumentos divulgados na imprensa e informou a Paranaguá o percurso almejado, da margem esquerda do rio Branco às cabeceiras do rio Trombetas. Ainda assim, o presidente

³⁰ AHI. *Diario do Gram-Pará*, Belém, 30 dez. 1883. Lata 543, maço 3.

³¹ AHI. Ofício reservado de 14 de janeiro de 1884, do presidente do Pará, Visconde de Maracaju, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão. Lata 543, maço 3.

³² AHI. *Jornal do Amazonas*, 10 jan. 1884. Lata 543, maço 3.



oficiou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dizendo que a “comissão francesa” deixava transparecer “outro fim além do científico”³³.

Imagem 3 - A Missão Coudreau



Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84510794/f1.item>. Acesso em: 07 fev. 2025.
Belém, 1883. Da esquerda para a direita: Joseph Marie Roche, Henri Coudreau e Clément Demont.

No final de janeiro de 1884, a Legação do Brasil em Paris decidiu questionar diretamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, para saber se Henri Coudreau estava ou não trabalhando a serviço da Terceira República. Ao mesmo tempo, o diplomata Barão de Itajubá tentou se informar sobre o mesmo assunto com o senador *inamovible* Jean-Baptiste Billot³⁴. Este, porém, disse nada saber “da missão que se atribuía o Sr. Coudreau, cujo nome até ignorava”; em compensação, prometeu transmitir ao Ministério da Marinha e Colônias as indagações do governo brasileiro³⁵. Para que não existisse nenhuma

³³ AHI. Ofício reservado de 8 de janeiro de 1884, do presidente do Amazonas, José Lustosa da Cunha Paranaguá, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão. Lata 543, maço 3.

³⁴ Um *sénateur inamovible* era um membro do Senado da Terceira República, eleito por outros senadores para um cargo vitalício. Jean-Baptiste Billot foi um dos 75 primeiros eleitos em dezembro de 1875, e exerceu o cargo até sua morte, em 31 de maio de 1907. Cf. https://www.senat.fr/senateur-3eme-republique/billot_jean_baptiste1437r3.html. Acesso em: 25 nov. 2024.

³⁵ AHI. Ofício Reservado N.º 1, de 24 de janeiro de 1884, da Legação Imperial do Brasil em Paris, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão. Lata 543, maço 3.



dúvida sobre de quem se estava tratando, a Legação entregou às autoridades francesas um relatório detalhado contendo todo o trajeto conhecido de Coudreau, através do Contestado e do Pará.

Nos meses seguintes, o ministro Francisco de Carvalho Soares Brandão e o Barão de Itajubá continuaram trocando correspondências acerca da Missão Coudreau. Em 10 de março, Francisco Brandão chamou a atenção do diplomata em Paris, para o fato de que o trajeto percorrido por Henri Coudreau – entre os rios Oiapoque e Branco – correspondia exatamente às pretensões territoriais francesas, apresentadas na última negociação dos limites franco-brasileiros, em 1856³⁶.

Todas as dúvidas e desconfianças das autoridades brasileiras, no entanto, pareceram resolvidas, a partir de uma carta escrita por aquele que veio a integrar a Missão Coudreau de modo absolutamente acidental, o naturalista Joseph Roche. Quando encontrou Coudreau, Roche tinha retornado de uma excursão pelo “rio Maguari”, no entorno de Belém, na qual tinha perdido seu companheiro de viagem, morto pela febre amarela, e seus recursos financeiros se escasseavam. Desse modo, segundo o naturalista, a oportunidade de se juntar àquela expedição surgiu quando sua condição se agravava “moral e pecuniariamente”.

Entusiasmado com sua mudança de sorte, Roche escreveu para a Sociedade de Geografia Comercial de Paris, no dia 27 de dezembro de 1883. Logo no segundo parágrafo da carta, o autor revelava que Henri Coudreau havia sido encarregado “de uma missão econômica e política pelo governo da Guiana [Francesa] para estudar de perto a famosa questão do território contestado”. Assim, no momento em que a Sociedade Comercial recebesse sua carta, dizia Roche, o governo francês já estaria em posse da “volumosa memória” escrita por Coudreau, contendo “mapas de apoio”, a qual certamente ajudaria a França num tema que a preocuparia “em um futuro próximo”. No final, o naturalista informava que a missão poderia durar até dois anos, durante os quais “nem o

³⁶ AHI. Ofício Reservado N.º 3, de 10 de março de 1884, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão, à Legação Imperial do Brasil em Paris. Lata 543, maço 3. Foram realizadas quinze conferências, entre 30 de agosto de 1855 e 1º de julho de 1856. O Brasil foi representado pelo Visconde de Uruguai; e a França, pelo Barão His de Butenval.



governador Chessé, [...] nem o Ministério da Marinha, que nos têm incentivado, nos abandonarão”³⁷.

A Legação do Brasil em Paris teve acesso à publicação da carta em abril de 1884. No dia 9, o Barão de Itajubá oficiou ao ministro Francisco Brandão dizendo que tinha novamente procurado Jean-Baptiste Billot, agora para tratar das afirmações de Joseph Roche. “De novo”, escreveu o diplomata, Billot teria dito que “ignorava absolutamente quem era Coudreau” – apesar de ser questionado sobre ele duas vezes, em menos de três meses. O político francês foi ainda mais contundente, dizendo que “nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros, nem os da Marinha e da Instrução Pública têm conhecimento da missão” que se atribuía a Coudreau, “e que se tal missão existe, só lhe pode ter sido confiada pelo governador da Guiana [Francesa]”³⁸.

O Barão de Itajubá acreditou na explicação dada pelo senador Billot e concluiu sua correspondência ao ministro Brandão afirmando que era “evidente a boa-fé do governo francês”, mas que não diria o mesmo do governador Chessé, cujo “zelo patriótico” – expressão reproduzida da carta de Joseph Roche –, em sua opinião, precisava “ser contido”. Em sua resposta, Francisco Brandão ratificou o julgamento feito pelo Barão, dizendo que “enquanto não houver prova em contrário, devemos crer que o governo francês é alheio à dita missão”³⁹. Dessa maneira, o governo brasileiro aceitou a versão de que a expedição de Coudreau tinha sido elaborada a partir de Caiena, sem a participação das autoridades de Paris. A atuação que Henri Isidore Chessé tivera no processo de anexação do Taiti pela França, em junho de 1880⁴⁰, contribuiu decisivamente para a consolidação de tais argumentos.

A imprensa paraense soube da carta de Joseph Roche através da transcrição que a revista *Le Brésil*, publicada em Paris, fez do *Bulletin de la Société de Géographie Commerciale*⁴¹. Por conseguinte, o impacto causado à

³⁷ ROCHE, J. Le Expedition Coudreau, Roche et Demont sur l'Amazone. **Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris**, Paris, tome VI, p. 284-286, 1^{er} octobre 1883-1^{er} octobre 1884.

³⁸ AHI. Ofício Reservado N.º 6, de 9 de abril de 1884, da Legação Imperial do Brasil em Paris, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão. Lata 543, maço 3.

³⁹ AHI. Ofício Reservado N.º 4, de 21 de maio de 1884, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco de Carvalho Soares Brandão, à Legação Imperial do Brasil em Paris. Lata 543, maço 3.

⁴⁰ Cf. <http://histoire.assemblee.pf/articles.php?id=411>. Acesso em: 25 nov. 2024.

⁴¹ A partir de 1882, publicações como a *Revue Sud-Américaine*, *Revue du Monde Latin* e *Le Brésil*, sediadas em Paris, reuniram intelectuais e políticos interessados em discutir questões relativas aos países latino-americanos e divulgar suas ideias na Europa. Entre eles, destaca-se Santa-Anna



imagem de Henri Coudreau, enquanto “sábio em exploração científica na Amazônia”, foi devastador. No dia 8 de maio de 1884, o jornal *Diario do Gram-Pará* publicava matéria acusando Coudreau de ter dissimulado suas verdadeiras intenções e abusado de toda a “consideração e simpatia” prestadas a ele pela população do Pará. Isso incluía o recebimento de passagens gratuitas em linhas de vapores da Companhia do Amazonas e a recomendação que dele foi feita “aos escritórios de redação das outras folhas da capital”. Tudo porque se acreditava, segundo o jornal paraense, que sua expedição tinha “caráter exclusivamente pacífico, e altamente civilizador”.

Os redatores do *Diario do Gram-Pará* lamentavam terem defendido Henri Coudreau no momento em que a imprensa polemizava as declarações de seu compatriota Deloncle. Mas se defendiam, acusando-o de “deslealdade” e falta de “franqueza”, pois deveriam se apresentar “como inimigos aqueles que realmente o são”. No entanto,

quando alguém, nas condições referidas, disfarça seu verdadeiro caráter, oculta os seus intentos, vem iludir nossa boa-fé sob a capa do interesse científico e zomba ainda, afetando conhecimento, da hospitalidade daqueles a quem traiu, esse indivíduo deixa de ser para nós um adversário digno, deixa de ser um sábio, por mais extenso que seja o círculo dos seus conhecimentos, e passamos a considerá-lo simplesmente como um ESPIÃO⁴².

O artigo foi replicado no dia 9 de maio pelo jornal *Diario de Noticias*, dando especial ênfase à acusação de que Coudreau seria um espião francês⁴³. Nessa mesma data, o *Diario do Gram-Pará* publicou uma nota dizendo que “vários membros proeminentes da colônia francesa” tinham procurado a redação, afirmando que Joseph Roche era um “moço hábil, mas leviano”, e que, portanto, seriam falsas as suas palavras. Diante disso, o jornal exortava Coudreau a se manifestar “sobre este melindroso assunto”⁴⁴. No dia 10, *O Liberal do Pará* informava que já havia “escrito alguma coisa a respeito” do tema, mas que

Nery, que teria importante envolvimento no debate sobre o Contestado, como se verá adiante. A respeito das duas últimas revistas mencionadas, ver SANTOS, Marie-José Ferreira dos. “La Revue du Monde Latin et Le Brésil, 1883-1896”. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 23-24, p. 77-92, 1994.

⁴² AHI. *Diario do Gram-Pará*, 8 maio 1884. Lata 543, maço 3. (Caixa alta no original). Esta foi a primeira vez que Coudreau foi chamado de espião pela imprensa no Brasil. Desde então, discute-se a pertinência dessa acusação.

⁴³ *Diario de Noticias*, 9 maio 1884, p. 2.

⁴⁴ AHI. *Diario do Gram-Pará*, 9 maio 1884. Lata 543, maço 3.



naquela edição iria somente reproduzir a matéria e a nota divulgadas pelo *Diário do Gram-Pará*⁴⁵.

Informado a respeito da celeuma em torno de sua missão, Coudreau escreveu uma carta ao *Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris* no dia 9 de junho. Nela, o explorador negava que Isidore Chessé o tivesse encarregado de uma “missão política” no Contestado e dizia ignorar se o governador tinha “perspectivas secretas sobre a questão”. Sobre as críticas na imprensa, afirmava que não tinha feito nada para “superexcitar tão forte o chauvinismo” no Pará. Ainda assim, segundo ele, “mais um pouco, os redatores do [*Diário do*] *Gram-Pará* e do *Le Brésil* pregariam em suas colunas o extermínio dos ‘gringos’”. Para tentar minimizar as desconfianças contra si, Coudreau certificava que seu “único sonho sempre foi realizar um velho e sedutor projeto de viagem, do rio Negro ao Atlântico, pelas tribos do interior”⁴⁶.

Essas explicações pareceram arrefecer os ânimos em torno da Missão Coudreau, tanto na imprensa quanto nos meios diplomático e político brasileiros. Ademais, os debates relacionados à chamada Lei dos Sexagenários logo passariam a ocupar significativamente a cena pública. Dessa forma, somente um ano depois da polêmica gerada pela carta de Joseph Roche, a questão dos limites entre a Guiana Francesa e o Brasil seria retomada através de um artigo publicado por Santa-Anna Nery no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1885⁴⁷.

Uma “nova colônia” francesa na América do Sul: a inusitada convergência entre Santa-Anna Nery e Henri Coudreau

Frederico José de Santa-Anna Nery nascera em Belém do Pará e residia em Paris, onde publicava frequentemente textos em periódicos, como *Le Brésil*, *Revue du Monde Latin* e *Revue Sud-Américaine*, além de livros e relatórios sobre temas diversos, como economia, imigração e folclore⁴⁸. No artigo mencionado

⁴⁵ *O Liberal do Pará*, 10 maio 1884, p. 2.

⁴⁶ COUDREAU, Henri. Exploration Coudreau. **Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris**, Paris, tomo VII, p. 30-31, 1^{er} octobre 1884-1^{er} octobre 1885.

⁴⁷ Por coincidência, segundo Santa-Anna Nery, ele e Henri Coudreau se conheceram durante uma viagem de Manaus a Paris, entre março e abril de 1885. Não obstante as discordâncias entre eles, certamente tal encontro motivou Nery a escrever o artigo. Cf. COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale, tome premier**, p. IX.

⁴⁸ A respeito de Santa-Anna Nery, ver COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Santa-Anna Nery: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1891)**. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. **O**



acima, o autor relembra as acusações e suspeitas em torno dos interesses franceses no Contestado, entre 1883 e 1884; fazia um breve histórico dos principais tratados e negociações desde o período colonial; e tentava reabilitar a Missão Coudreau, exaltando suas proezas e dados levantados. Santa-Anna Nery, desse modo, reiterava a defesa de Coudreau contra as acusações de que este seria um “agente político francês”, responsabilizando exclusivamente a “fatuidade e atrevimento” de Joseph Roche – de quem Coudreau teria se separado após esse episódio⁴⁹.

Na última parte do artigo, intitulada “Meios de resolver o litígio”, Santa-Anna Nery propunha que a formação de uma comissão mista entre a França e o Brasil poderia levar ambos os países a um “arranjo diplomático irrevogável e definitivo”. Mas, para isso, segundo ele, a polêmica sobre qual seria o verdadeiro rio Vicente Pinzon, estabelecido como limite pelo Tratado de Utrecht de 1713, deveria ser abandonada em favor das negociações de 1855-1856. Naquela ocasião, após onze audiências, o Brasil decidiu abrir mão de ter o rio Oiapoque como fronteira, oferecendo em troca primeiro o rio Cassiporé, depois o rio Cunani, e finalmente o rio Calçoene, sendo todos estes limites, porém, negados pelo plenipotenciário francês⁵⁰.

Embora tenha chamado a atenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o artigo de Santa-Anna Nery não pareceu ter incitado reações exaltadas por parte da diplomacia brasileira, ou dos demais veículos da imprensa, dentro ou fora do país. Essa situação mudaria, no entanto, quando as ideias de Nery sobre a formação de uma comissão mista e os arranjos fronteiriços mencionados acima foram entusiasmaticamente retomados no final do ano de 1885 por um propagandista de alcance muito maior, nada menos que o próprio Henri Anatole Coudreau.

Após ter concluído sua expedição e ficar por vários meses afastado das querelas relacionadas ao Contestado Franco-Brasileiro, Coudreau abandonou a

último propagandista do Império: o “barão” de Santa-Anna Nery (1848-1891) e a divulgação do Brasil na Europa. Tese (doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

⁴⁹ AHI. NERY, Santa-Anna. “O território contestado entre a França e o Brasil, e a Missão Coudreau”. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 25 maio 1885. Lata 543, maço 3.

⁵⁰ “Protocoles de la Conférence sur la délimitation des Guyane Française et brésilienne”. Rio de Janeiro: Typographie Universelle de Laemmert, 1857. Anexo ao **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857, p. 152-153, 170.



postura defensiva e o discurso de total isenção política que adotara durante suas viagens pela Amazônia e passou a reivindicar abertamente o direito da França ao território sob litígio com o Brasil. Assim, no dia 20 de novembro de 1885, o explorador francês realizou uma conferência na Sociedade de Geografia de Paris, na qual expôs as justificativas históricas, políticas, econômicas e estratégicas que, segundo ele, permitiam à França tomar posse senão de toda, pelo menos da maior parte da região entre os rios Oiapoque e Araguari. Além de Paris, Coudreau realizou a mesma conferência em outras sociedades de Geografia francesas, tais como em Lille (em 22 de novembro)⁵¹ e Bordeaux (em 30 de novembro)⁵² e também obteve divulgação da sua fala em revistas e jornais de grande circulação, como o parisiense *Le Temps*⁵³.

O texto elaborado por Henri Coudreau para sua conferência iniciava dizendo que iria tratar de uma “nova colônia”, cujo direito de “aquisição” francês era menos questionável do que outros, pleiteados na Ásia e África. Tratava-se, ele afirmava, do “Contestado franco-brasileiro”, um território de limites indeterminados existente por quase duzentos anos e que havia muito era disputado com uma “nação amiga”. Esta última circunstância exigia, segundo Coudreau, que se pudesse “obter o mais breve possível uma solução pacífica” para o referido litígio⁵⁴.

Tal desfecho poderia ser conseguido através de uma comissão mista constituída “de verdadeiros exploradores e não de grandes funcionários ou de diplomatas”, capazes de realizar um competente estudo físico-geográfico do Contestado⁵⁵. Para ratificar sua opinião, Coudreau fez uso de longos trechos do artigo de Santa-Anna Nery publicado no dia 25 de maio – referenciando o *Jornal do Commercio*, mas sem citar o autor⁵⁶. O ponto de partida dos comissários seriam os limites propostos nas negociações encerradas em julho de 1856.

⁵¹ O texto integral da conferência foi originalmente publicado como opúsculo. Cf. COUDREAU, Henri. **Le Territoire Contesté entre la France & le Brésil**. Lille: imprimerie L. Daniel, 1885. Meses depois, a conferência também foi publicada no **Bulletin de la Société de Géographie de Lille**. Lille, tome V, p. 42-71, premier semestre, 1886.

⁵² COUDREAU, Henri. Conférence de M. Coudreau sur les territoires contestés entre la France et le Brésil et la vallée de l'Amazone. **Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Bordeaux**, Bordeaux, deuxième série, huitième année, p. 703-705, 1885.

⁵³ COUDREAU, Henri. Les territoires contestés entre la France et le Brésil. **Le Temps**, Paris, 22 nov. 1885, p. 2.

⁵⁴ Henri Coudreau. **Le territoire contesté entre la France & le Brésil**, op. cit., p. 3-4.

⁵⁵ Ibidem, p. 30.

⁵⁶ Em 1886, Coudreau publicaria o primeiro tomo de *La France Équinoxiale*, no qual seria incluído o texto de sua conferência com algumas modificações, mas mantendo as citações do



No dia seguinte à conferência de Coudreau na Sociedade de Geografia de Paris, Santa-Anna Nery escreveu um novo artigo, demonstrando satisfação em ter suas propostas acatadas e defendidas por tão renomado orador. Antecipava, contudo, que tinha ressalvas quanto aos dados históricos apresentados, prometendo discuti-los na imprensa francesa. Mas, por ora, escreveu Nery, era importante reforçar os argumentos quanto à necessidade e as vantagens de uma breve resolução do litígio com a França, para o Brasil de modo geral e a Amazônia em particular⁵⁷.

Essa correlação de ideias entre Santa-Anna Nery e Henri Coudreau não passou despercebida pela diplomacia brasileira. Desse modo, no dia 24 de novembro de 1885, o ministro plenipotenciário do Brasil em Paris, Barão de Arinos, escreveu para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe, alertando para a simetria de tais posicionamentos. De acordo com o Barão de Arinos, a ênfase na criação da comissão mista e na retomada dos termos das negociações de 1855-1856 asseverava que Nery e Coudreau “trabalham visivelmente de acordo para que a questão se avive e possa resolver-se como eles desejam”⁵⁸.

No dia 1º de dezembro, a publicação de uma nota sobre a conferência de Henri Coudreau na *Revue Sud-Américaine* trouxe novos embaraços para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Legação Imperial brasileira em Paris. Segundo o texto, haveria um entendimento em curso entre o Barão de Arinos e o governo francês para um “ajuste definitivo e pacífico do Contestado franco-brasileiro”. Nesse sentido, a conferência de Coudreau seria “um prelúdio das negociações diplomáticas” que resultariam na “nomeação de uma comissão mista de exploração” do território litigioso⁵⁹.

Em correspondência tratando sobre essa notícia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Barão de Arinos negou qualquer fundamento às afirmações relacionadas a ele presentes na *Revue Sud-Américaine* e disse jamais

artigo de Santa-Anna Nery. Em contrapartida a seu principal interlocutor brasileiro, Coudreau convidou Nery para escrever o prefácio da obra. Cf. COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale, tome premier**, p. IX–XIV.

⁵⁷ AHI. NERY, Santa-Anna. “O território contestado entre o Brasil e a França. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29 dez. 1885. Lata 543, maço 3.

⁵⁸ AHI. Ofício N.º 18, de 24 de novembro de 1885, enviado pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, Barão de Arinos, ao Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe. Lata 543, maço 3.

⁵⁹ AHI. “Reivindication par la France des bouches de l’Amazone”. **Revue Sud-Américaine**, Paris, 1 dez. 1885. Lata 543, maço 3.



ter dialogado com Henri Coudreau em “semelhantes bases”. Por isso, de acordo com o plenipotenciário, as revistas *Le Brésil*, *Revue du Monde Latin* e a própria *Revue Sud-Américaine* iriam “responder ao Sr. Coudreau” nos seus próximos números⁶⁰. De fato, esta última publicação dedicaria quatro páginas da edição lançada no dia 15 de dezembro de 1885 exclusivamente para “esclarecer” as controvérsias mencionadas pelo Barão de Arinos. Duas páginas e meia continham as refutações que Santa-Anna Nery havia prometido fazer sobre os “erros históricos” da conferência de Coudreau⁶¹.

No dia 22 de dezembro de 1885, o ministro Barão de Cotegipe respondeu ao Barão de Arinos deslegitimando os dois principais argumentos apresentados por Henri Coudreau nas sociedades de Geografia francesas. Segundo Cotegipe, o Brasil não havia reconhecido direito algum da França à metade do território litigioso e nem havia necessidade de formar comissões exploratórias mistas para estudar a região, pois cada país já teria realizado expedições próprias em diferentes épocas.

Para concluir, o ministro Cotegipe afirmava que “seria imprudência” entrar em discussão com a França sobre o litígio, num momento em que “o entusiasmo da política colonial ainda não arrefeceu o bastante” e “ninguém sabe como a esse respeito pensará o futuro presidente da República francesa”. A saída, então, seria ignorar as provocações feitas pelo jovem professor do liceu de Caiena. E, para isso, recomendou Cotegipe ao Barão de Arinos, “convém que V.S.^a não dê importância à conferência do Sr. Coudreau”⁶².

Essa decisão, reiterada em ofício de 5 de janeiro de 1886⁶³, indicava que, para o Brasil, a manutenção da neutralidade do Contestado Franco-Brasileiro era preferível ao risco de conflitos diplomáticos, bélicos ou mesmo a menor concessão territorial em favor da França. Mais do que isso, todas as controvérsias

⁶⁰ AHI. Ofício N.º 19, de 4 de dezembro de 1885, enviado pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, Barão de Arinos, ao Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe. Lata 543, maço 3

⁶¹ AHI. *Revue Sud-Américaine*, Paris, 15 dez. 1885, p. 244-247. Anexo ao Ofício N.º 19 [a numeração correta seria 20], de 15 de dezembro de 1885, enviado pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, Barão de Arinos, ao Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe. Lata 543, maço 3.

⁶² AHI. Ofício N.º 16, de 22 de dezembro de 1885, enviado pelo ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe, ao ministro plenipotenciário do Brasil em Paris, Barão de Arinos. Lata 543, maço 3.

⁶³ AHI. Ofício N.º 19, de 5 de janeiro de 1886, enviado pelo ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe, ao ministro plenipotenciário do Brasil em Paris, Barão de Arinos. Lata 543, maço 3.



e reviravoltas em torno da Missão Coudreau, por parte das autoridades em Paris e na Guiana Francesa, permitiam dizer que a França também não pretendia suscitar – pelo menos não abertamente – discórdias ou polêmicas que levassem às mesmas consequências receadas pelo Brasil. E, uma vez que Coudreau fora diversas vezes desautorizado e negado pelos próprios compatriotas, a diplomacia brasileira sabia que não teria maiores dificuldades para ignorá-lo e assim o fez.

À guisa de conclusão: de espião francês a “cidadão o mais humilde da Amazônia”

As tensões relacionadas ao imperialismo vigente em fins do século XIX reacenderam fortemente as disputas territoriais entre Brasil e França no extremo norte amazônico. Para o Império, tratava-se essencialmente de impedir que qualquer incursão francesa no Contestado servisse de apoio a estratégias coloniais de anexação. Embora uma súbita “ocupação militarizada” jamais fosse descartada, o Brasil se mantinha vigilante e temeroso, sobretudo, quanto à possibilidade de que a aproximação entre franceses e as populações locais fundamentasse reivindicações baseadas no princípio do *uti possidetis*⁶⁴. Ainda mais devido à constante presença de agentes públicos e eclesiásticos da Guiana Francesa na área litigiosa.

Não obstante, a partir do começo da década de 1890, Henri Coudreau passou a ter dificuldades para conseguir financiamento oficial às suas explorações na região das guianas. Nesse contexto, tornaram-se frequentes as críticas de políticos e jornais da Guiana Francesa, como o *L'Avant-Garde*, quanto ao propósito e à utilidade das suas viagens, tidas como desperdício de dinheiro público⁶⁵. Contudo, um grave conflito entre tropas francesas e os moradores do povoado do Amapá, no dia 15 de maio de 1895, mudaria completamente as relações entre a França e o Brasil e de Coudreau com ambos os países⁶⁶.

O referido conflito teve vinculação direta com a descoberta de importantes jazidas de ouro no rio Calçoene, localizado entre os povoados do Amapá e Cunani, no ano de 1893. A partir daí, intensificou-se não apenas o fluxo de pessoas de diferentes nacionalidades naquela região, como também as

⁶⁴ Segundo o qual, o território deve pertencer oficialmente à nação que de fato o ocupa.

⁶⁵ BENOIT, Sébastien. **Henri Anatole Coudreau (1859-1899)**, op. cit., p. 116-119.

⁶⁶ PAZ, Adalberto Junior Ferreira. **Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017, p. 232-241.



rivalidades pela hegemonia política no território litigioso, tanto entre os habitantes locais quanto entre o Brasil e a França.

Sob o argumento de que brasileiros estariam impedindo o acesso de estrangeiros à região das minas e hostilizando cidadãos franceses e seus partidários, o governo da Guiana Francesa enviou uma força militar para o povoado do Amapá visando prender as lideranças locais. Contudo, após uma altercação inicial que resultou na morte do capitão da tropa francesa, seguiu-se o confronto que ficaria conhecido como o “massacre do Amapá”⁶⁷.

Enquanto diferentes versões do ocorrido eram alardeadas de um lado ao outro do Atlântico, Henri Coudreau aproveitou a oportunidade para voltar à cena de modo absolutamente inesperado. No início de junho de 1895, o diário *A Província do Pará* publicou uma entrevista na qual o explorador se declarava desembaraçado de qualquer vínculo com o governo francês e afirmava sua intenção de se estabelecer definitivamente no norte do Brasil. Pedia, então, que o jornal repassasse essa mensagem ao governador Lauro Sodré e que este, desde já, poderia considerar Coudreau “cidadão o mais humilde da Amazônia”⁶⁸.

Para demonstrar que sua decisão de se mudar para o Brasil era realmente séria, Coudreau avalizou publicamente as denúncias feitas pela imprensa paraense sobre os acontecimentos de 15 de maio no Amapá. A primeira manifestação nesse sentido foi a divulgação de uma carta ao engenheiro Gonçalves Tocantins, publicada na edição do *Diário de Notícias* do dia 8 de junho. Nela, o explorador afirmava que “o governo francês foi iludido em sua boa-fé por um pequeno bando de indivíduos”, chefiados pelo “odioso instigador do massacre do Amapá”, isto é, o “célebre Charvein”, governador da Guiana Francesa⁶⁹.

No mesmo dia 8 de junho, o jornal *A Província do Pará* publicou um telegrama de Coudreau, dirigido ao vice-presidente da Câmara dos Deputados da França, Édouard Étienne Simon, no qual era descrito um cenário de completa destruição no povoado do Amapá. Além das mortes, mencionava “pilhagem,

⁶⁷ Ver a respeito, PAZ, Adalberto. A República de Cabralzinho e o conflito do Amapá: disputas políticas e territoriais no Contestado Franco-Brasileiro (1891-1895). In: LOBATO, Sidney (org.). **Fronteiras**: experiências fronteiriças na Amazônia setentrional (séculos XVIII e XIX). Belém: Paka-Tatu, 2021, p. 155-191.

⁶⁸ Território do Amapá. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 3 jun. 1895, p. 2.

⁶⁹ Massacre de brésiliens - Hecatombe de brasileiros. **Diário de Notícias**, Belém, 8 jun. 1895, p. 1.



roubos e raptos” também no Calçoene. Novamente, Charvein era acusado de ser o responsável por essa “Cabanagem negra”, auxiliado pelo “antigo escravo negro Trajano e seus cúmplices em Paris”⁷⁰. Desse modo, Coudreau, que sempre havia sido relacionado ao ex-capitão do Cunani e às maquinações imperialistas francesas, utilizava-se destes mesmos elementos para dissipar eventuais suspeitas contra si.

Diante de tais atitudes, parece evidente que Coudreau se utilizou dos debates em torno do conflito no Amapá como uma oportunidade ideal para revidar as censuras e os entraves de seus desafetos franceses e cativar autoridades brasileiras visando obter os necessários subsídios para suas expedições. Porém, independentemente se tais finalidades foram ou não meticulosamente projetadas por Henri Coudreau, o fato é que sua intenção de se estabelecer como “habitante da Amazônia” logrou êxito imediato. Assim, no dia 17 de julho de 1895, o governador Lauro Sodré encarregou o ex-professor do Liceu de Caiena de realizar um amplo estudo cartográfico e etnográfico do rio Tapajós – sendo depois enviado a outros importantes rios do Pará, como o Trombetas, Xingu, Tocantins e Araguaia. Segundo as ordens, a expedição deveria ocorrer num prazo de seis meses, entre 1º de agosto de 1895 e 31 de janeiro de 1896⁷¹.

A cumplicidade entre Coudreau e Sodré foi notada pelo Encarregado de Negócios da França no Rio de Janeiro, Eugène Daubigny. Em um ofício enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Gabriel Hanotaux, no dia 27 de julho, o diplomata informou que Sodré havia “recompensado” Coudreau por “tão belo zelo” demonstrado nos assuntos do Amapá. Não obstante, Daubigny achava que isso favoreceria a França, afinal, ocupar o famoso explorador em uma “excursão significativamente distante, oferece um alimento necessário à atividade de M. Coudreau, uma distração aos seus rancores, e, nos livra do temor de ruidosas manifestações que sua presença [em Belém] poderia provocar”⁷².

Por outro lado, certamente Lauro Sodré e o governo brasileiro preferiam Coudreau no interior da floresta amazônica a vê-lo palestrando sobre o Contestado nos salões das sociedades geográficas francesas, como o fizera dez

⁷⁰ A carnificina do Amapá. **A Província do Pará**, Belém, 8 jun. 1895, p. 1.

⁷¹ Alto Tapajós. **A Província do Pará**, 19 jul. 1895, p. 2.

⁷² Lettre officielle n° 13 du 27 juillet 1895, du Chargé d’Affaires de la République Française au Rio de Janeiro, Eugène Daubigny, à le Ministre des Affaires Étrangères, Gabriel Hanotaux. Transcrito em SANTOS, Affonso José. **Barão do Rio-Branco**: cadernos de notas: a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901). Brasília: FUNAG, 2017. p. 158.



anos antes. Quanto a Coudreau, a seu modo conseguiu o tão almejado objetivo de retomar suas expedições, ainda que a serviço de outro país. Em uma dessas viagens, no dia 9 de novembro de 1899, o renomado explorador francês acabou falecendo às margens do rio Trombetas, no estado do Pará⁷³. Pouco mais de um ano depois, em 1º de dezembro de 1900, a secular e complexa querela diplomática sobre o Contestado Franco-Brasileiro foi finalmente resolvida por arbitramento da Confederação Suíça, culminando na incorporação definitiva daquele território ao Brasil.

Data de submissão: 12/03/2025

Data de aceite: 16/08/2025

Referências

ALMEIDA, Tito Franco de. Limites do Brazil com a Goyana Franceza. **Revista Amazônica**, Belém, n. 10 e 11, tomo II, p. 101-168, 1884.

BENOIT, Sébastien. **Henri Anatole Coudreau (1859-1899): Dernier Explorateur Français en Amazonie**. Paris: L'Harmattan, 2000.

Bulletin de la Société de Géographie de Lille, Lille, tome V, p. 42-71, premier semestre, 1886.

CARNEIRO, João Paulo Jeannine Andrade. **O último propagandista do Império: o “barão” de Santa-Anna Nery (1848-1891) e a divulgação do Brasil na Europa**. 2013. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Santa-Anna Nery: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1891)**. 2007. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

COUDREAU, Henri. **Le Territoire Contesté entre la France & le Brésil**. Lille: imprimerie L. Daniel, 1885.

COUDREAU, Henri. Conférence de M. Coudreau sur les territoires contestés entre la France et le Brésil et la vallée de l'Amazone. **Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Bordeaux**, Bordeaux, deuxième série, huitième année, p. 703-705, 1885.

COUDREAU, Henri. Exploration Coudreau. **Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris**, Paris, tomo VII, p. 30-31, 1^{er} octobre 1884-1^{er} octobre 1885.

COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale: Études sur les Guyanes et L'Amazonie**. Paris: Challamel Aîné Éditeur, 1886.

⁷³ **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 283, 1943.



COUDREAU, Henri. **La France Équinoxiale**: Voyage a Travers les Guyanes et L'Amazonie. Paris, Challamel Aîné Éditeur, 1887,

MARAJÓ, barão de. **Um protesto**: resposta às pretensões da França a uma parte do Amazonas manifestadas por Mr. Deloncle. Lisboa: Typographia Mattos Moreira, 1884.

PAZ, Adalberto. Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., Natal, UFRN, 2013. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2013. p. 1-16.

PAZ, Adalberto Junior Ferreira. **Repúblicas contestadas**: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

PAZ, Adalberto. Comércio e contrabando entre o Pará, o Contestado Franco-Brasileiro e a Guiana Francesa na década de 1870. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, p. 1-31, 2021.

PAZ, Adalberto. A República de Cabralzinho e o conflito do Amapá: disputas políticas e territoriais no Contestado Franco-Brasileiro (1891-1895). In: LOBATO, Sidney (org.). **Fronteirizações**: experiências fronteiriças na Amazônia setentrional (séculos XVIII e XIX). Belém: Paka-Tatu, 2021. p. 155-191.

PAZ, Adalberto. Mobilidades clandestinas em rotas contestadas: escravos fugidos, desertores e criminosos entre o Pará, o Contestado Franco-Brasileiro e a Guiana Francesa na década de 1860. In: CANCELA, Donza Cristina; CASTRO, Lara de (org.). **Nortes migrantes**: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira. Brasília: Senado Federal, 2023. p. 167-197.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 4.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1943.

ROCHE, J. Le Expedition Coudreau, Roche et Demont sur l'Amazone. **Bulletin de la Société de Géographie Commerciale de Paris**, Paris, tome VI, p. 284-286, 1^{er} octobre 1883-1^{er} octobre 1884.

ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil! História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

SANTOS, Affonso José. **Barão do Rio-Branco**: cadernos de notas: a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901). Brasília: FUNAG, 2017.

SANTOS, Marie-José Ferreira dos. La Revue du Monde Latin et Le Brésil, 1883-1896. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 23-24, p. 77-92, 1994.

SANTOS, R. J. O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX.



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 18, n. 1, p. 1-24, 2023.

SOUZA FILHO, Durval de. **Os retratos dos Coudreau**: civilização e miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “bom selvagem” (1884-1889). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

